



CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ

PODER LEGISLATIVO – ESTADO DE SÃO PAULO

ORDEM DO DIA

13ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 02/09/2024

Requerimento nº 13/2024 de Urgência Especial ao Projeto de Lei do Executivo Municipal número 22 de 30 de agosto de 2024, que “Dispõe sobre suplementação de dotações do orçamento vigente nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, e artigo 3º, inciso IV, parágrafo 1º, da Lei Municipal n.º 3.191 de 06 de dezembro de 2023, e dá outras providências.”

Requerimento nº 14/2024 de Urgência Especial ao Projeto de Lei do Executivo Municipal número 23 de 30 de agosto de 2024, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito adicional especial, e dá outras providências.”

Requerimento nº 15/2024 de Urgência Especial ao Projeto de Lei do Executivo Municipal número 24 de 30 de agosto de 2024, que “Dispõe sobre a criação de vagas para o cargo público de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, alterando a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.”

Projeto de Lei do Executivo Municipal número 22 de 30 de agosto de 2024, que “Dispõe sobre suplementação de dotações do orçamento vigente nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, inciso II, da Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964, e artigo 3º, inciso IV, parágrafo 1º, da Lei Municipal n.º 3.191 de 06 de dezembro de 2023, e dá outras providências.”

Projeto de Lei do Executivo Municipal número 23 de 30 de agosto de 2024, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito adicional especial, e dá outras providências.”

Projeto de Lei do Executivo Municipal número 24 de 30 de agosto de 2024, que “Dispõe sobre a criação de vagas para o cargo público de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, alterando a estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, e dá outras providências.”

Requerimento nº 16/2024, de 29 de agosto de 2024, de iniciativa do Vereador Rick Anderson Marques, que seja solicitado ao Senhor Prefeito Municipal, que envie para esta Casa de Leis, informações sobre o aluguel social pago as famílias carentes da municipalidade.